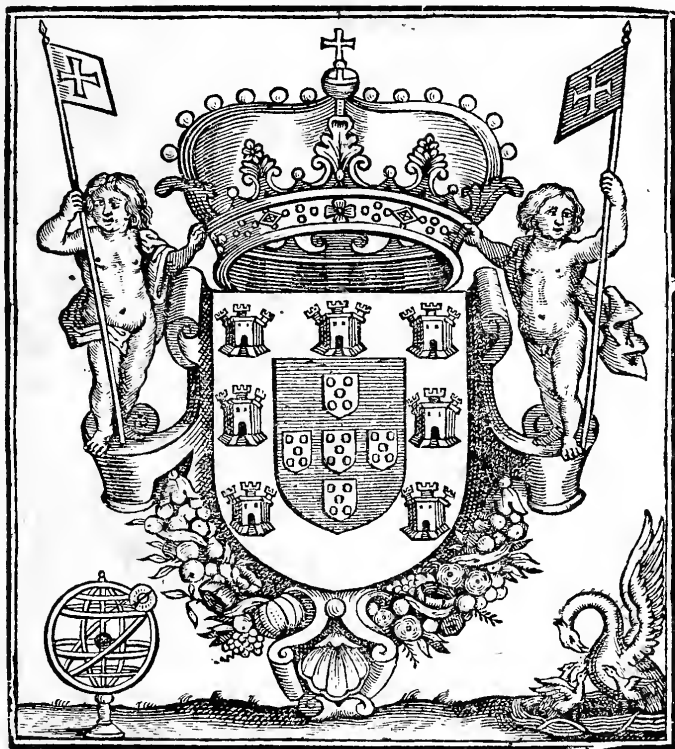


IMPRESSÃO DAS LEYS DE CORTES.

LEYS QUE ELREY D. IOÃO O III.
nosso Senhor fez, & mandou publicar em conformidade das
repostas que mandou dar a alguns dos Capitulos dos
tres Estados, offerecidos nas Cortes gèraes do anno
de 1641. por cumprir ao bom gouerno,
& administração da Iustiça.

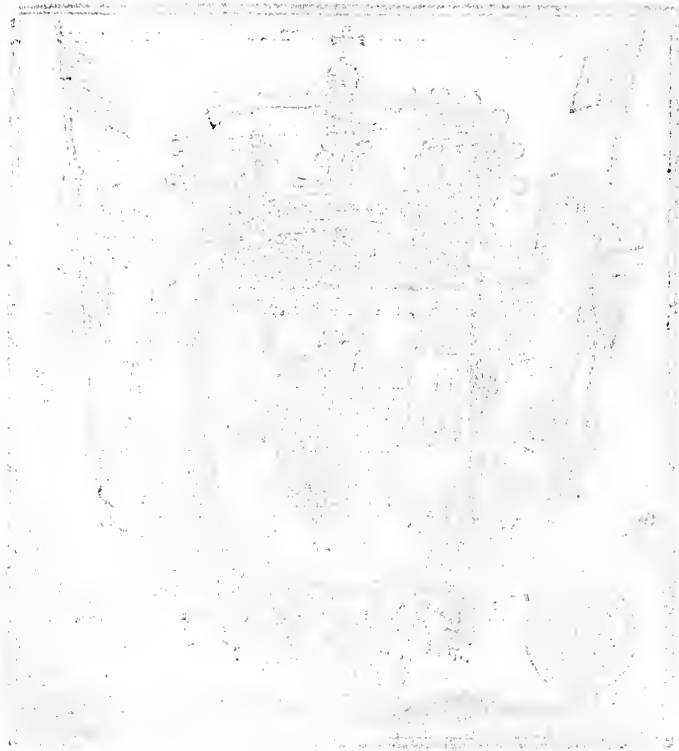


E M, LISBOA.

Por Paulo Craesbeeck. Anno 1648.

IMPRESSAO
DAS LEYS
DE PORTUGAL

LEI DE 17 DE SETEMBRO DE 1864
QUE ESTABELECE O REGIMEN
DO COMMERCO EXTERIOR
DO PORTUGAL



LEY I. *QUE OS REYS QUE SUCCEDEREM*
no Reyno, antes de serem leuantados jurem de guardar os pri-
uilegios, & liberdades, & franquezas delle.



LV EL REY faço saber aos que este meu Aluara
virem, que nas Cortes que celebrei nesta cidade
de Lisboa em vinteoito dias do mes de laneirc do
anno de mil seiscentos & quarenta & hum, me foi
proposto pello Estado Ecclesiastico no Capitulo
primeiro, & pello da Nobreza no Capitulo trinta
& cinco; que por importar muito ao bem vniuersal, & particular
destes Reynos, que os Reys que ouuessem de succeder nelles, ju-
rasssem antes de serem leuantados, todos os priuilegios, liberda-
des, foros, graças, & custumes, que os Reys seus predecessores lhes
concederão, & jurarão : Me pedirão lhes fizesse merce mandar,
que todos os Reys que ao diante ouuessem de succeder nelles fi-
zessem pessoalmente, antes de serem leuantados o mesmo jura-
mento. E que acõtecendo que ao tempo que succedesssem estiuess-
sem fora desta cidade de Lisboa, fizessem o tal juramento no lu-
gar em que primeiro ouuessem de ser leuantados. Ao que fuy ser-
uido mandar responder em doze de Abril de seiscentos quarenta
& dous. Que o que me pedião estaua introduzido por estilo do
Reyno, que eu guardei, & jurei em meu nome, & do Principe Dõ
Theodosio meu sobre todos muito amado, & presado filho, qua-
do nas mesmas Cortes fuy jurado solemnemente por Rey delle; &
que así hauiã por bem que o fizessem os Reys meus successores.
Pello que ordeno, mando, & estabeleço, que assi se cūpra, & guar-
de como neste Aluarã se contem : & fazendoo assi os Reys meus
descendentes, & successores (como delles espero, & tenho por cer-
to) sejão abençoados da benção de Deos nosso Senhor, Padre, &
Filho, & Espiritu Sancto, & da gloriosa Virgem Maria nossa Se-
nhora, & dos bemauenturados Apostolos São Pedro, & São Pau-
lo, & de toda a Corte celestial, & da minha. E fazendo elles, ou
algum delles o contrario (que não creio, nem espero) serão mal-
ditos da maldição de nosso Senhor, & de nossa Senhora, & dos
Apostolos, & da Corte Celestial, & da minha; que nunca creção,
prosperem, nem vão adiante. E para que esta minha resolução

Eccles. cap. I.

Nobreza cap.

35.

seja notoria a todos meus Reynos, & Senhorios; & os vassallos delles possaõ pedir aos Reys meus succẽssores o juramento de cõfirmação de graças, & privilegios antes de entrarem na succẽsão delles. Mandeï passar este Aluarã, que quero que valha como Ley feita em Cortes, & se cumpra taõ inteiramente como se nelle contem. E se lançará na Torre do Tombo, & valerã como carta passada em meu nome, & sellada com o meu sello pendente, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do liuro 2. titulo 40. que dispoem, que as cousas, cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno, passẽ por cartas, & passando por Aluarãs naõ valhaõ. E se registará nos liuros da Mesa do Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & Relação do Porto. Gaspar de Abreu de Freitas a fez em Lisboa a noue de Setembro de mil seiscentos quarenta & sete annos. Pedro de Gouvea de Mello o fez escreuer. R E Y.

LEY II. *QUE O NETO, OU OUTRO B A-
rão legitimo descendente do filho primogenito falecido, se prefira ao
filho segundo vindo na successão dos bens da Coroa com derro-
gação da ley mental, & Ord. n.º S. I. & 4.
que o contrario dispoem.*

Nobreza cap.
27.

DOM Ioão por graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarues, daquem, & dalem mar em Africa, senhor de Guinè, & da conquista, nauegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India, &c. Faço saber aos que esta minha Ley virem, que nas Cortes que celebrei nesta cidade de Lisboa cõ os três Estados do Reyno em vinte oito de Janeiro do anno de mil seiscentos quarenta & hũ, a que mandei responder no de seiscentos quarenta & dous, & confirmei no de quarenta & cinco; se me fez pello Estado da Nobreza no Capitulo vinte sete a proposta do theor seguinte. Tem mostrado a experiencia serem muito prejudiciaes à Nobreza do Reyno alguns Capitulos da Ley mental, & que conuem muito ao estado do mesmo Reyno hauer nelles alteraçã, para que assi sejão os senhores Reys melhor servidos, & tenham vassallos que conseruem a Nobreza, & casa de seus passados. Hum delles era serem excluidas da successão dos bens da Coroa as filhas, & netos dos donatarios. Outro hauer de succeder

o filho

o filho segundo que se achã viuo ao tempo da morte de seu pay, & não o filho de filho primogenito falecido em vida d'elle; porque com o temor de succeder este caso não achão os filhos mayores casamentos iguaes a sua calidade. E da mesma maneira o Donatario que não tem mais que filha, a não pode casar com tão grande pessoa como casara se ouuera de succeder nos bens da Coroa. Pelo que me pedião mandasse renogar a Ordenação do liuro segundo, titulo trinta & cinco, paragrafo primeiro, & quarto: ordenando que na successão dos bens da Coroa aja representação assi como nos morgados, & bens patrimoniaes, succedendo o neto filho do filho mais velho falecido em vida do pay. E podendo succeder a filha, ou neta em falta do filho, ou neto varão, & não o filho segundo. E tendo consideração a esta proposta, & replica que sobre a resposta della se me fez, & ao que o Estado Ecclesiastico também me reprentou sobre a mesma materia, por ella ser de calidade, & importancia que se deixa ver, mandandoa tratar por pessoas de letras do meu Conselho, & outras de experiencia, & por fazer merce aos Nobres do Reyno, & desejar que as familias, casas, & Estados de meus vassallos se conseruem, & aumentem em sua antiga Nobreza, & folgar que sejam sempre honrados, & acrecentados. Hey por bem, & me praz declarar por esta Ley; Que na successão dos bens da Coroa por falecimento do donatario vltimo possuidor aja representação sómente entre seus descendentes barões, sem embargo da Ordenação do liuro segundo, titulo trinta & cinco, paragrafo primeiro, & quarto, que dispunha o contrario: a qual hey por derogada neste caso; de maneira que o neto, ou qualquier outro varão legitimo descendente do filho primogenito seja sempre preferido ao filho segundo, & q̃ assi se julgue, & pratique daqui em dianre, posto que as doações sejam antigas, saluo naquellas em que alem da prohibição da Ley mental se achar expressamente declarado q̃ succeda o filho segundo, & não o neto do filho primogenito; porque nestas se guardará sua disposição: Com tal declaração, que esta minha resolução não terá lugar, nem comprehenderá aos filhos segundos que ao tempo da publicação della tiverem o primeiro, & mais proximo lugar na successão de seus pays, por se não acharem precedidos de filho mayor successivel que ao tal tempo estiuessse viuo; por quanto estes succederaõ, aindaque fiquem netos filhos do filho mais velho falecido; saluo

hauendo na doação, & instituição clausula, & disposição expressa em contrario. E sobre a successão das filhas não hey por bem alterar o que está disposto pella Ordenação. E mando a todos os Dezembargadores, Corregedores, Iuizes, & Iustças, officiaes, & pessoas de meus Reynos, & Senhorios que cumprão, & fação inteiramente cumprir, & executar o que por esta minha Ley feita em Cortes ordeno; a qual se registará nos liuros da Mesa do Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & Relação do Porto, onde semelhantes Leys se custumão registrar. E para que venha a noticia de todos, Mando outrosy ao meu Chanceler mór a faça publicar na Chancelaria, & enuie cartas pello Reyno sob meu sello, & seu final. E este valerá, posto que seu effecto haja de durar mais de hũ anno, sem embargo da Ordenação do liuro segundo, titulo quarenta, que dispoem que as cousas cujo effecto ouuer de durar mais de hum anno passem por cartas, & não por Aluarás. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a dous de Mayo de mil seiscientos quarenta & sete. Pedro de Gouuea de Mello a fez escrever.

REY.

LEY III. PERQUE SE LIMITAMOS DOTES
que não possam exceder de doze mil cruzados, não entrando as legitimas, & heranças.

Nobrezacap.
31.

EV ELREY faço saber aos que este Aluará de Ley virem, que eu vi a proposta q o Estado da Nobreza junto em Cortes me fez sobre a limitação dos dotes, & a replica que me offereceo sobre a primeira reposta que lhe mandei dar, & hum papel que vltimamente fez por ordem minha sobre as clausulas da Ley, que me pede mande promulgar sobre isto, & conformando-me com o que lhe pareceo. Hey por bem, & me praz limitar os dotes à quantia de doze mil cruzados, de que não poderá passar nenhum, sob pena de o excessõ ficar pello mesmo feito perdido para minha fazenda, ainda que nas pessoas das dotadas se achem todas as qualidades, & merecimentos que se podem considerar, não entrando porem naquella quantia as legitimas, & heranças que por qualquer via se desirão às dotadas. E mando a todos meus Dezembargadores, Corregedores, Iuizes, & Iustças, officiaes, & pessoas de meus Reynos, & Senhorios, que cumprão, &

fação

fação inteiramente executar o que por esta minha Ley ordeno. E pera que venha a noticia de todos, Mando outrosy a meu Chanceler mór a faça publicar na Chancelaria, & enuiar pello Reyno cartas sob meu sello, & seu final, & se registará nos liuros da Mesa do Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & Rellação do Porto, onde semelhantes Leys se costumão registrar. Antonio de Moraes o fez em Lisboa a quatorze de Agosto de mil seiscentos & quarenta & cinco. Pedro de Gouvea de Mello a fez escrever.

R E Y.

LEY IIII. *QUE EM NENHUM TEMPO SE possa acrecentar a quantia do encabeçamento das sizas, & os Corregedores castiguem os excessos, & vexações dos officiaes.*

Pouos cap. 77.

E V. ELREY faço saber aos que este Aluará virem, & o conhecimento delle pertencer, que hauendo respeito ao que o Estado dos Pouos dos meus Reynos me representou no Capitulo sessenta & sete nas Cortes que se celebrarão nesta cidade de Lisboa em vinte oito de Janeiro do anno de mil seiscentos quarenta & hum, a que mandei responder no de mil seiscentos quarenta & dous, sobre o tributo das sizas: Pedindome o tirasse de todo, ou modificasse, cessando as guerras, & que se não vísse dos artigos, & leys feitas sobre sua cobrança, por se euitarem as exorbitancias, & vexações que os pouos padecião. E posto que os Reis meus antecessores não desiriraõ a esta matéria nas Cortes em que lhe foi proposta pellas razões que nellas se declarão. Hey contudo por bem de lhes conceder, que daqui ao diante se não acrecentẽ em tempo algum os encabeçamentos das sizas; & que os Corregedores das Comarcas nas correições que fizerem conforme seu Regimiento, a fação com os Almojarifes, & executores, & muito em particular se informẽ, & inquirão todos os annos das exorbitancias, & vexações que acharem se cometem por quaesquer officiaes das ditas sizas, fazendo autos, & prouendo com todo o rigor de justiça, de maneira que se eitem todas as molestias, & vexações de meus pouos na recadação dellas; para o que lhe dou toda a jurisdição no castigo dos ditos excessos. E outro sy mando a todos os Dezembargadores, Corregedores, Iuizes, & justiças, officiaes, & pessoas de meus Reynos, que cumpraõ, & fação in-

teiramente cumprir o que por este Aluara ordeno; o qual valerá como Ley feita em Cortes: & o Chanceler mór o fará publicar na Chancelaria, & enuiar pello Reyno cartas sob meu sello, & seu final, & se registará nos liuros do Dexembargo do Paço, Casa da Supplicação, & Rellação do Porto. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a vinte seis de Abril de mil seiscentos & quarenta & sete. Pedro de Gouuea de Mello a fez escrever.

R E Y.

LEY V. QUE DO TRIGO QUE VEM DAS
*Ilhas, & outras partes Ultramarinas se não paguem
direitos alguns.*

Pomos cap. 55.

E V ELREY faço saber aos que este Aluará virem, que nas Cortes q̃ celebrei nesta cidade de Lisboa em vinte & oito de Janeiro de seiscentos & quarenta & hum, a que mandei responder no de seiscentos & quarenta & dous, me foi pedido pello Estado dos Poúos no Capitulo sincoenta & sinco, que fosse seruido que se não pagassem direitos do trigo que viesse das Ilhas, & de outras partes vltamarinas para este Reyno, por ser mantimento preciso, & necessario para elle. E considerando Eu a conueniencia do bem comum do Reyno, & meus vassallos, & mais razões porque lhes costumaua conceder o que me pedem por prouições temporaes, & por folgar delhes fazer merce. Hey por bẽ, que do trigo que vier para este Reyno, assi das Ilhas, como de outras partes vltamarinas se não paguem direitos alguns, & seja liure delles para sempre. Pello que mando aos Veedores de minha fazenda, Conselheiros della, Dezembargadores, Corregedores, Prouedores, & mais Iustiças, officiaes, & pessoas destes Reynos, & Senhorios a que este meu Aluará for apresentado, & o conhecimento delle pertencer; o cumprão, & guardem, & fação inteiramente cumprir, & guardar como nelle se contem, sem que a isso lhe seja posto duuida, nem contradição algũa, porque assi he minha merce. E se registará nos liuros de minha fazenda, & Alfundegas, & seus Regimentos, & mais partes necessarias, para que venha a noticia de todos, & valerá como Ley feita em Cortes, & carta passada em meu Nome, & sellada com o meu sello pendente, sem embargo da Ordenação do liuro 2. tit. 40. & as mais

em

em contrario. Antonio de Moraes o fez em Lisboa a vinte & cinco de Mayo de mil seiscientos & quarenta & sete. Pedro de Gou-
uea de Mello o fez escreuer.

REY.

LEY VI. *QUE EXTINGUE AS CONSER-
uatorias dos contratadores.*

E V ELREY faço saber aos que este meu Aluarà virem, que nas Cortes que celebrei nesta cidade de Lisboa em vinte oito de Janeiro de mil seiscientos quarenta & hum, a que mandei responder no de mil seiscientos quarenta & dous, me foi proposto pello Estado da Nobreza o capitulo dezoito do theor seguinte. A experiencia tem mostrado, que hũa das faltas da administração da justiça procedia das Conseruatorias que nos contratos, & afentos celebrados com a minha fazenda se dauão aos contratadores, & a seus ministros, & officiaes, que ficauão priuilegiados para não responderem se não no luyzo da Conseruatoria em primeira, & em segunda instancia, & para elles poderem como Autores demandar, & aduocar as causas ao mesmo luyzo; de que se seguiaõ grãdissimos incõuenientes, & danos, & para se euitar, me pediaõ mandasse que daqui em diante nos contratos que se celebrassem, se não puzesse clausula de auer Conseruador delles, & corresssem as causas no iuyzo a que tocarem; & que as Cõseruatorias que estão ja concedidas se acabassem tanto que se acabassem os tempos dos contratos. E que nestas se fizesse logo declaração, q a parte que vísar de priuilegio affectado, alẽ de lhe não valer, perdesse pello mesmo feito a causa. E tendo consideração ao referido, & ao que os mais Estados do Ecclesiastico, & Pouos do Reyno me representarão sobre esta materia, & ao perjuizo que resulta, & tem resultado a meus vassallos no geral, & particular de cada hũa das Conseruatorias, que ategora se ordenarão nos contratos que se fizeraõ com minha fazenda; cõ que se causou vexação, & molestia nas pessoas que por algũa via erãõ devedores a outras particulares, sendo trazidos a ellas dos lugares mais distantes do Reyno, & muitas por não acudirẽ às citações que lhe erãõ feitas serẽ condenadas no que se lhe pedia: & nos casos criminaes seruirem as ditas Conseruatorias de refugio aos culpados, & ficarem os cri-

mes

Nobreza cap.

18.

Pouos cap. 46.

mes sem castigo, com perturbação, & escandalo publico; Querendo atalhar estes inconuenientes, & outros que se podem seguir em deseruiço de nosso Senhor, & meu, & para reputação da justiça. Hey por bem, & me praz, concedendo ao Estado da Nobreza o que acerca disto me pedio: de extinguir, como por este meu Alua-
rã, que terá força de Ley feita em Cortes, hey por extinctas as
ditas conseruatorias, para que mais as não haja, nem se vse dellas
despois de acabado o tempo dos contratos porque se concederão
às pessoas que as fizeraõ com minha fazêda: por cuja causa se pôs
nelles esta clausula, a qual se não porá mais, nem auerá Conserua-
dores em contrato algum. que com ella se faça. E nas conserua-
torias que estão concedidas durante o contrato: Hey por bem de
declarar, que a parte q' vsar de priuilegio affectado, alẽ de lhe não
valer (como he de direito, & minha tenção) perca pello meſmo
feito a causa. E mando aos Dezembargadores, Corregedores, Iui-
zes, Iusticas, officiaes, & mais pessoas de meus Reynos, & Senho-
rios, & mais em particular aos Veedores, Conselheiros, & mini-
stros de minha fazenda, a cujo cargo está fazerem os arrendamẽ-
tos, & contratos della; não ponhão nelles, nem consintão pôr clau-
sula algũa porque se conceda aos contratadores delles Conserua-
dor particular; porque fazendo o contrario, mandarei proceder
contra elles (de mais de perderem seus officios) com a demonstra-
ção que fôr seruido; & este se cumprirá inteiramente como nelle
se contem; posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno,
sem embargo da Ord. do liuro 2. tit. 40. que o contrario dispoem.
E pera q' venha a noticia de todos, Mando ao meu Chãceler mór
o faça publicar na Chancelaria, & mandar cartas pello Reyno
sob meu sello, & seu final, & se registará nos liuros do Dezembar-
go do Paço, Casa da Supplicação, & Rellação do Porto, onde se-
melhantes Leys se costumão registrar. E no Conselho de minha
fazenda. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa aos vinte
oito do mez de Abril de mil seiscentos quarenta & sete. Pedro
de Gouuea de Mello a fez escreuer. R E Y.

LEY VII. QUE OS PRESIDENTES, E MI-

nistros dos Tribunaes não possam prouer officio nenhum em seus criados, sem preceder expressa licença de Sua Magestade.

E V. ELREY faço saber aos que este Aluará virem, que pello Estado dos Pouos no Capitulo dezanoue nas Cortes q̃ nesta cidade de Lisboa celebrei o anno de mil seiscētos quarenta & hũ, me fôraõ propostos os grandes incōuenientes q̃ resultauão de os Presidentes, & ministros dos Tribunaes destes meus Reynos prouerem officios de justiça, & fazenda que vagauão em criados seus, pella pouca igualdade de justiça que se guardaua às pessoas de seruiços, & benemeritas, com queixa comũ, & escandalo gēral. E respeitando ao que sobre a dita materia se me referio, & deseяando satisfazer ao que os ditos Pouos me representarão, tendo presentes os danos que disto se seguem em grande desseruiço meu, & desconsoação de meus vassallos: Em confirmação do que lhes mandei responder no anno de seiscētos quarēta & dous. Hey por bem, estabeleço, & prohibo ao Presidente da Mesa do Dezēbargo do Paço, Veedores de minha fazenda, Presidente da Mesa da Consciencia, & Ordens, Presidente do Conselho Ultramarino, Conselheiros de Guerra, & juntas, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Casa do Porto, Presidente do Senado da Camara desta Cidade, & Dezembargadores, Conselheiros, Deputados, & Ministros dos ditos Conselhos, & Casas; que não possam prouer os officios de justiça, ou fazenda q̃ vagarem, assi em propriedade, como em seruentia em criados seus, sem preceder expressa declaração, & licença minha na prouisão incorporada; & fazendo o contrario, o dito prouimento, & eleição seja nulla, & não tenha força, nem vigor. E as pessoas, que pella dita maneira forem eleitas & prouidas ficaraõ inhabeis para nunca mais haurem os ditos officios, nem outros alguns. E aos ministros que contrauierem a esta ordem, & prohibição minha, o mandarei estranhar com a demonstração q̃ o caso pedir. E este Aluara se registará nos liuros dos ditos Tribunaes, & se publicará na minha Chancelaria, & como Ley feita em Cortes se enuiará pello Reyno na forma costumada para q̃ venha a noticia de todos, & este se porá

Pouos cap. 19.

na Torre do Tombo, & valerá como Ley feita em Cortes, sem embargo das Ordenações em contrário. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a noue de Septêbro de mil seiscentos & quarenta & sete annos. Pedro de Gouuea de Mello a fez escreuer.

R E Y.

LEY VIII. *QUE NENHUM DOS MINISTROS perque se prouem os cargos de letras possa casar criada sua cõ Letrado, que pretenda entrar no seruiço dos ditos cargos, aliás seja a eleição nulla, & elles inhabilitados.*

Pouos cap. 68.

E V ELREY faço saber aos que este Aluará virem, que ha- uendo respeito ao q̃ no Capitulo sessenta & oito do Estado dos Pouos me foi proposto nas Cortes q̃ celebrei nesta cidade de Lisboa em vinte oito de Janeiro de seiscentos & quarenta & hũ, a q̃ mandei respõder no anno de seiscentos & quarêta & dous. Pedindome, que nenhum ministro meu case criada sua cõ pessoa que pretenda entrar em meu seruiço no exercicio de letras, & que o que o contrario fizer, não seja nunca despachado em officio, ou cargo algum, por resultar de semelhantes casamêtos antepore mife de ordinario pessoas menos idoneas aos que tem mais partes, & merecimentos, em grande escandalo, & queixa dos benemeritos, & em prejuizo da Iustia. Hey por bem, & mando, que nenhum ministro, assi do Gouerno, & Dezêbargo do Paço, como dos mais Conselhos, Tribunaes, & Senado da Camara, por cuja conta está consultar, ou prouer os cargos de letras, possa casar criada sua com pessoa que pretêda entrar em meu seruiço nos ditos cargos, & fazendo-se o contrario, sua eleição seja nulla, & de nenhum vigor, & a pessoa prouida não poderá mais entrar em cargo algum de letras, & ao ministro que assi o não cumprir, será por mim gra- uemente estranhado, & com a demonstração que as circunstâncias do caso pedirem. E este Aluará se registará nos liuros do Dezem- bargo do Paço, Conselho da fazenda, Mesa da Conciencia, & Or- dens, & Cõselho Vltramarino, & Guerra, & na Casa da Supplica- ção, & Rellação do Porto, & mais Conselhos, & Tribunaes, & se publicará na minha Chancelaria, & valerá como carta feita em meu nome, & Ley feita em Cortes, sem embargo das Ordenações em contrario. Antonio de Moraes o fez em Lisboa a vinte & cin-

co de

co de Mayo de mil seiscientos & quarenta & sete. Pedro de Gou-
uea de Mello o fez escrever.

REY.

LEY IX. *QUE NENHUM MINISTRO, NEM
official da fazenda, ou Tribunaes, nem outro tome diuida de terceiras
pessoas para as arrecadar como fazenda Real, sem
as ter arrematadas.*

E V ELREY faço saber aos que esta minha Ley virem, & o
conhecimento della pertencer, que hauendo respeito ao q̃
pello Estado dos Pouos me foi proposto no Capitulo trinta
& sete nas Cortes q̃ celebrei nesta cidade de Lisboa em vinte oito
de Janeiro do anno de mil seiscientos quarenta & hũ, a que mandei
responder no de seiscientos quarenta & dous. Pedindome q̃ man-
dasse prohibir com graues penas aos officiaes de minha fazenda,
& outros, que tomauão diuidas de terceiras pessoas para as execu-
tarem com poder de seus officios. E por euitar semelhantes mo-
lestias, & vexações a meus vassallos. Hey por bem, & mando, que
da publicação desta em diante nenhum official de minha Real fa-
zenda, Contos, Almoxarifes, & executores, Tribunaes, Catiuos, &
Cruzada, nem outro algum tome diuidas de terceiras pessoas pa-
ra as executarem, nem embargarem os bens por razão dellas não
lhe estando rematadas por diuidas que á dita fazenda Real deũão.
E os que o contrario fizerem, encorrerão em pena de perdimento
de seus officios, & pena de furto; & pagarão o tresdobro às partes
que por esta maneira vexarem. E mando a todos os Dezembargadores,
Corregedores, Iuizes, justiças, officiaes, & pessoas de meus
Reynos, & Senhorios, que cumprão, & executem o que por esta
minha Ley feita em Cortes ordeno. E para que venha a noticia de
todos. Mando ao meu Chanceler mór a faça publicar na Chancelaria,
& enuiar cartas pello Reyno sob meu sello, & seu final: & se
registará nos liuros da Mesa do Dezembargo do Paço, Casa da
Supplicação, & Rellação do Porto, onde semelhantes Leys se re-
gistão. E este Aluará valerá, posto que seu effeito haja de durar
mais de hum anno, sem embargo da Ord. do liuro 2. tit. 40. que
o côtrario dispõe. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa
a dous de Mayo do anno de mil seiscientos quarenta & sete. Pedro
de Gouuea de Mello o fez escrever.

REY.

Pouos cap. 37.

LEY X. *QUE OS TESTAMENTOS, E CODICILLOS feitos por Religiosos, em que se deixa herança, ou legados para suas Religiões não valhão, nem se cumprão nos ditos legados, & heranças.*

Pouos cap. 8.

E V ELREY faço saber aos que este meu Aluaravirem, & o conhecimento delle pertencer, que hauendo respeito ao que nas Cortes gêraes celebradas nesta cidade de Lisboa em vinteoito dias do mes de Ianeiro do anno de mil seiscêtos quarenta & hum, me foi proposto pello Estado dos Pouos no Capitulo oitauo, que ouuesse por bem ordenar, que nenhum Religioso pudesse escreuer em testamento pello qual se deixasse ao seu Mosteiro algum legado, ou herança, & que pello mesmo caso ficasse a disposiçã do tal testamento nesta parte nulla, por euitar as persuasões, enganos, & outros graues inconuenientes a que os testadores naquelle tempo estaõ logoitos. E outro sy tendo consideraçã ao Aluarã, que por estas, & outras justas causas se passou em vinte seis de Março do anno de mil seiscientos trinta & quatro para o Estado da India, porque se ordenou, que da publicação delle em diante todos os testamentos, & codicillos que os Religiosos residentes no dito Estado fizessem, em que os testadores instituisssem sua Religião por herdeira, ou lhe deixassem alguns legados, não se ouuessem por validos no que tocasse às ditas heranças, & legados, nem se cumprissem, nem tiuessem effeito. Hey por bem que pella mesma maneira se extenda, & cumpra o disposto no dito Aluarã nas ditas disposições, & legados dos defunctos escritos pellos ditos Religiosos para suas Religiões nestes meus Reynos, & Senhorios, & Estados de Portugal. E mando a todos os Dezembargadores, Corregedores, Iuizes, justiças, officiaes, & pessoas de meus Reynos, & Senhorios que cumprão, & fação inteiramente executar o que por este Aluarã ordeno, o qual terá força, & vigor de Ley feita em Cortes. E para que venha a noticia de todos. Mando ao meu Chanceler mór a faça publicar na Chancelaria, & enuiar pello Reyno cartas sob meu sello, & seu final, & se registará nos liuros da Mesa do Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & Rellação do Porto, ondẽ semelhantes Leys se costumão registar. E este Aluarã, valerá como carta, posto que seu effeito

haja

haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ord. do liuro 2. tit. 40. que o contrario dispoem. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a dous de Mayo do anno de mil seiscientos, quarenta & sete. Pedro de Gouvea de Mello a fez escrever. R E Y.

LEY XI. *QUE SE POSSAM TIRAR ESCRITURAS das notas com juramento das partes de como se perderão, sem outra prouizão.*

E V EL REY faço saber aos que este Alvarà virem, & o conhecimento delle pertencer, que hauendo respeito ao que os Procuradores dos Pousos de meus Reynos me propuserão nas Cortes que se celebrarão nesta cidade de Lisboa em vinteito de Janeiro de mil seiscientos quarêta & hum, a que mandei responder no anno de mil seiscientos quarêta & dous, no Capitulo sessenta & seis. se me pedio, que se pudessem tirar segunda vez escrituras de notas, jurando as partes que não sabião das primeiras, por escusar custos a meus vassallos, sem requererem na Mesa do Dezembargo do Paço: & por lhes fazer merce. Hey por bem, que da publicação deste ao diante, se possaõ tirar segunda vez escrituras das notas, jurando as partes que não sabem das primeiras per ante qualquer julgador, & com seu despacho, sem ser necessario recorrer ao Dezembargo do Paço. E mando a todos os Dezembargadores, Corregedores, Iuizes, & justiças, officiaes, & pessoas de meus Reynos, & Senhorios, que cumprão, & fação inteiramente executar o que por esta minha Ley feita em Cortes ordeno; & para que venha a noticia de todos: Mando ao meu Chanceler. mór, a faça publicar na Chancelaria, & enuiar pello Reyno cartas sob meu sello, & seu final. E se registará nos liuros da Mesa do Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & Relação do Porto, onde semelhantes Leys se custumaõ registrar. Gaspar de Abreu de Freitas a fez em Lisboa a vinte & sete de Abril do anno de mil seiscientos quarenta & sete. Pedro de Gouvea de Mello a fez escrever.

R E Y.

Pouos cap. 66.

LEY. XII. *QUE SE NAM PAGUE MANTimento dos homens dos Alcaldes, & Meirinhos sem certidão dos officiaes da Camara donde seruem, alem da que lhe passam os julgadores.*

Pouos cap. 90.

EV ELREY faço saber aos que esta Ley virem, que hauen-
do respeito ao que pello Estado dos Pouos de meus Reynos
me foi proposto no Capitulo nouenta das Cortes que cele-
brei nesta cidade de Lisboa em vinteito de Janeiro de mil seis-
centos quarenta & hum, a que mandei responder no anno de mil
seiscentos quarenta & dous. Que os Meirinhos, & Alcaydes das
Cidades, Villas, & lugares destes Reynos tinhaõ obrigação de an-
darem acompanhados com certo numero de homens, para o que
de minha Real fazenda se lhes daua por meus Almojarifes, &
Executores o mantimento necessario, & porque elles o cobrauão,
& não despendiaõ cõ os ditos homens, que de ordinario não tra-
ziaõ, andando muito mal acompanhados; por cuja razã faltauã
a suas obrigações. Pedindome mandasse se lhes não fizesse paga-
mento do dito mantimento, sem constar que os trazem por certi-
dões juradas dos officiaes das Camaras, de mais das q custumaõ
passar os julgadores para o dito effeito, & na conformidade da
reposta que lhe mandei dar. Hey por bem, que da publicação de-
sta em diante se não faça pagamento aos ditos Meirinhos, & Al-
caldes do dito mantimento dos homens, sem constar por certidão
dos officiaes das Camaras donde forem moradores, que elles os
acompanhaõ: a qual certidão será jurada, alem das que custumaõ
passar para o dito effeito os julgadores perante quem seruem; &
que nas residencias se pregunte daqui ao diante particularmente
por esta materia. E mando a todos os Dezembargadores, Corre-
gedores, Iuizes, Iustças, officiaes, & pessoas de meus Reynos, &
Senhorios, que cumprã, & façã inteiramente executar o que
por esta minha Ley feita em Cortes ordeno. E para que venha a
noticia de todos. Mando ao meu Chanceler mór a faça publicar
na Chancelaria, & enuiar pello Reyno cartas sob meu sello, & seu
final; & se registará nos liuros da Mesa do Dezembargo do Paço,
Casa da Supplicação, & Rellação do Porto, onde semelhantes
Leys se custumaõ registar. Gaspar de Abreu de Freitas a fez em

LISBOA

Lisboa a vinteito de Abril de mil seiscientos quarenta & sete annos. Gaspar de Gouuea de Mello a fez escreuer. R E Y.

LEY XIII. QUE OS IULGADORES IUL-

*guem os presos que lhe leuão de noite pessoalmente por escrito,
& não por recados, & repostas por seus criados.*

E V ELREY faço saber, que nas Cortes que celebrei nesta cidade de Lisboa em vinteito de Janeiro de mil seiscientos quarenta & hum annos, a que mandei responder em o de seiscientos quarenta & dous, me foi proposto pello Estado dos Pouos no Capitulo vintenoue, que mandasse que os Iulgadores oução os presos que lhe leuarem, por serem presos de noite, absolueuendoos, ou condenandoos como for justiça, & não por recados, & repostas por seus criados. E porque lhe mandei responder, que assi o tinha mandado, respeitando os grandes inconuenientes que do contrario se seguem. Hey por bem, & mando que assi se cumpra, & guarde, alem do que esta disposto pella Ordenação, & Regimento, & que os Iulgadores oução os ditos presos (que por o serem de noite) se lhe leuão, & com despachio por elles assinado tomado pello escrivaõ do Meirinho, ou Alcaide que o leuar, per ante elle, se cumpra o que determinar nos termos de sua alçada: & fazendo o contrario se não cumpra, & se lhe dê em culpa em suas residencias, & paguem as custas, & danos aos ditos presos. E este Aluará se cumprirá tão inteiramente como nelle se contem, & se registará na Mesa do Paço, Casa da Supplicação, & Rellação do Porto. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a noue de Setembro de mil seiscientos quarenta & sete. Pedro de Gouuea de Mello o fez escreuer. R E Y.

Pouos cap. 29.

LEY XIII. SOBRE AS SERUINTIAS

renouando a Ley de 1612.

E V ELREY faço saber, que nas Cortes que celebrei nesta cidade de Lisboa em vinteito de Janeiro de mil seiscientos quarêta & hum, me foi pedido pello Estado dos Pouos no Capitulo trinta & hum, que obrigassem aos proprietarios a seruirem seus officios, não se admitindo seruêria alouã, senão aos que

Pouos cap. 31.

por

por idade, ou infirmitade estiuessẽem totalmẽte impedidos; & que os que por muita idade o estiuessẽem, nãõ sejaõ mais admitidos a seruir, com o que se atalharãõ grandes erros que os seruentuarios custumaõ fazer, por auer de tirar do officio para o proprietario, & para sy; a que mandei responder no anno de seiscentos quarẽta & dous, que assi o tinha mandado: Pello que conformandome com o que tenho prouido por Ley gẽral de mil seiscentos & doze, & com o que se pede no dito capitulo. Hey por bem que a dita Ley se cumpra: cuja copia he a seguinte.

EV. ELREY. faço saber aos que este Aluarã virem, que vendo eu os grandes danos, faltas, & inconuenientes que ha de andarem ordinariamente de seruentia os mais dos officios menores de Iusticia deste Reyno, concedendose seruentias por leues causas, & comodidades dos proprietarios delles; & desejando de prouer de remedio em materia de tanta consideraçãõ, & importante ao seruico de Deus, & meu, & boa administraçãõ de iusticia, & a estes, & a outros inconuenientes que disto se seguem. Hey por bẽ, & mando, que os proprietarios de todos os officios de iusticia, assi de todos os Iuizos, & Tribunaes desta Cidade, como da Casa, & cidade do Porto, & das comarcas deste Reyno, & do Algarue siruaõ seus officios por suas proprias pessoas dentro de hum mes, que comẽçará do dia da publicaçãõ deste Aluarã em diante; & nãõ o fazẽdo assi dentro no dito termo, me praz que cessẽem todas as seruentias que de seus officios estiuẽem dadas, & as siruaõ os officiaes companheiros dos mesmos officios, onde os ouẽer, atẽ os proprietarios delles estarem desempedidos para o fazer: & nãõ auẽdo companheiros que por elles possaõ seruir, se auẽrãõ os ditos officios por vagos; & eu mandarei tratar logo da prouisaõ delles, sem que por isso fique minha fazenda com obrigaçãõ de satisfaçãõ algũa aos proprietarios. E mando aos Corregedores, Ouuidores, Prouedores, Iuizes de fora das cidades, & villas deste Reyno, que passado o dito termo de hum mez, auẽm por suas cartas à Mesa do despacho do Desembargo do Paço dos que assi o nãõ fizerem, declarando os impedimentos que para isso tem: as quaes cartas enuiarãõ a Pero Sanchez Farinha meu escriuaõ do despacho da dita Mesa, para eu as mandar ver, & prouer em tudo como mais for seruido. Porem se alguns dos ditos proprietarios estiuẽem iustamente impedidos, & disso ouẽer informaçãõ certa dos

ditos

ditos ministros acima nomeados a que tocar dala, em tal caso se não tratará de prouer seus officios, & as seruentias delles se prouerao na forma que tegora se vsou. E outro sy mando aos ditos julgadores, a cujo cargo estiuier dar as informações dos officios deste Reyno, a todos em geral, & a cada hum em especial, que no particular dellas tratem de fazer todas as diligencias necessarias, para muy distinctamente terem noticia das causas, & razões por que os proprietarios são impedidos. E que por nenhũa via os ditos julgadores possaõ prouer, nem prouejão as seruentias dos ditos officios mais que o tempo que a Ordenação lhes concede, tendo os proprietarios justos impedimentos: & passado o dito tempo, & durando ao proprietario o impedimento, elles não poderão prouer mais por tempo algum, & enuiarão à Mesa do dito Dezembargo pella via que fica dito, para eu nelles mandar prouer como for seruido: porque de assi o não fazerem, me hauerei delles por mal seruido, & se lhes dará em culpa em suas residencias. E mando ao Presidente, & Dezembargadores do Paço que cumpraõ, & guardem este Aluará, & o fação cumprir, & guardar como nelle se contem, que se registará no liuro da dita Mesa, & valerá como carta feita em meu nome, & por mi asinada, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrário. E ao Regedor da Casa da Supplicação, & ao Governador da Casa, & Rellação da cidade do Porto, que o fação publicar logo em seus Tribunaes, & dar a sua deuida execução, & registar nos liuros delles. E ao Doutor Damiaõ de Aguiar do meu Conselho, & Chanceler mór destes Reynos, que o faça publicar na Chancelaria, & enuie logo cartas com o traslado d'elle sob meu sello, & seu final a todos os Corregedores, & Ouvidores das Comarcas destes Reynos. Aos quaes outro sy mando o publiquem logo nos lugares onde estiuierem, & fação publicar em todos os de suas Comarcas, & Ouvidorias, para que a todos seja notorio. Antonio Martins de Medeiros a fez em Lisboa a vinte & tres de Nouembro de mil seiscentos & doze: & eu Pero Sanches Farinha o fiz escreuer. A qual Ley foi publicada em minha Chancelaria nesta minha cidade de Lisboa a vinte quatro de Dezembro do dito anno de mil seiscentos & doze. E hey por bem de a reualidar, & confirmar, & quero que se guarde taõ inteiramente como se nella contem. E mando ao presidente da Mesa do Dez-

bargão do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, & Governador da Casa, & Rellação do Porto, a fação cumprir, & guardar inuiolavelmente como Ley feita em Cortes, & dar á sua deuida execução. Gaspar de Abreu de Freitas a fez em Lisboa a noue de Setembro de mil seiscentos quarenta & sete. Pedro de Gouvea de Mello a fez escreuer. R E Y.

LEY. XV. QUE MANDA QUE SE PAGUE
aos que matão Lobos o premio da Ordenação.

Pouos cap. 67.

EV ELREY faço saber aos que este Aluará virem, que tendo confideração ao que me foi proposto pellos Procuradores dos Pouos de meus Reynos nos Capitulos gèraes, que se me apresentarão nas Cortes que se celebrarão nesta cidade de Lisboa em Janeiro de mil seiscentos & quarenta & hũ, a que mandei responder no seguinte de mil & seiscentos & quarenta & dous. Pedindome no Capitulo sessenta & sete, q a Ordenação do liuro primeiro tit. 65. §. 21. que daua premio aos que matauão Lobos, se guardasse na forma della, por quanto de alguns annos a esta parte se tinha mandado do tribunal da Fazenda aos Almojarifes, & executores, que não pagassem o dito premio, de que resultaua auer muita criação delles, & os criadores padecem grandes perdas em seus gados: a que mandei deferir, que faria guardar o que estaua disposto pella Ordenação do Reyno, para que se pague, & leue em conta na forma della aos Almojarifes, & se obriguem ao pagar; Pello que mando a todas as justiças, officiaes, & pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que cumprão, & guardem este Aluará como nelle se contem na forma da Ordenação referida, sem embargo de qualquer ordem do Conselho de minha fazenda, ou outra minha que haja em contrario despois da dita Ordenação; que tudo hey por derogado, & a mesma Ordenação, & este se cumpra, & guarde como Ley feita em Cortes, & carta passada em meu nome, & sellada com o meu sello pendente, sem embargo da Ordenação do liuro 2. tit. 40. & as mais em contrario. Antonio Pereira o fez em Lisboa a dezanoue de Agosto de mil seiscentos quarenta & sete annos. Fernão Gomez da Gama o fez escreuer. R E Y.

LEY XVI. QUE SE GUARDE O ALUAR A

de 1550. sobre o pagamento dos dizimos dos bens patrimoniaes dos Comendadores, & Caualeiros do habito de Christo, conforme ao que estiuere de passe, que he o que toca ao secular.

E V ELREY faço saber aos que esta Aluará virem, que nas Cortesque celebrei nesta cidade de Lisboa em vinte oito de Janeiro de mil seiscientos quarenta & hũ, a que mandei responder no de seiscientos quarenta & dous, & confirmei no de quarenta & cinco, me propôs o Estado Ecclesiastico no Capitulo sexto, que os Reys Dom Ioão o Terceiro, Dom Sebastião, & Dom Henrique declararaõ por suas prouisoões, como Mestres da Ordem de Christo, que os Comendadores não tinhaõ privilegio para deixarem de pagar o dizimo dos bens patrimoniaes: & que estando assi assentado em juntas que despois se fizeraõ, & as Igrejas nesta posse continuada por muitos annos pacifica, & justificada com o direito, & resoluções, que por tantas vezes se tomaraõ: Dera principio a nouas duuidas a impressãõ dos privilegios da Ordem de Christo, na qual extendiaõ os ditos bens da Ordem, & Comendas aos bens patrimoniaes, sendo o Breue em que fundauão esta nouidade muito antigo, & o mesmo que os Comendadores tinhaõ quando se declarou pellas ditas prouisoões, que elles não tinhaõ tal privilegio: E porque não parecia justo que se desse às Igrejas esta molestia, hauendo precedido tantas, & tão calificadas resoluções, & que sem serem ouuidos se perturbasse a sua posse, & direito, & se desse causa a hum tão notauel prejuizo como resultaria da impressãõ dos privilegios, vendo-se impressa, & dada por aueriguada hũa questãõ de taes circumstancias: Me pediaõ mandasse declarar, que com a noua impressãõ se não fez prejuizo às Igrejas, & que se riscasse a extensãõ que dos privilegios se fez aos bens patrimoniaes, por se encontrar com o direito, & minhas resoluções, no que tambem se prejudicaria a minha fazenda nas Comendas Mestraes, & dizimos. A este Capitulo fui seruido mandar responder, que para tomar vltima resoluçãõ nesta materia do privilegio, & izençaõ dos dizimos que pertendiaõ os Caualeiros das Ordens Militares nos seus bens patrimoniaes, era necessario serem

Ecclef. cap. 6.

ouuidas as mesmas Ordens; o que mandaria ordenar com a breuidade possiuel, & entre tanto não ser minha tenção prejudicar ao direito das Igrejas com a impressão dos priuilegios da Ordem de Christo. E mandando ver a replica que o dito Estado Ecclesiastico me fez sobre esta minha resposta; Hey por bem, quero, & mando, que se guarde o Aluará passado em sete de Feueireiro do anno de mil & quinhentos, & cinquenta; que he o que posso fazer sobre a posse que toca a minha jurisdição. E para que na propriedade se tome resolução, breuemente mandarei dar carta para a pessoa que em Roma fizer os negocios desta Coroa tratar cõ sua Sanctidade da vltima determinação sobre esta duuida. Do qual Aluará o traslado he o seguinte.

E V. EL REY faço saber aos que este Aluará virem, que o Deão, & Cabido da See desta cidade de Lisboa me enuiarão dizer, que alguns Comendadores, & Caualeiros da Ordem de nosso Senhor Iesu Christo se leuantarão a não querer pagar dizimos do pão, vinho, azeite, gados, fructos, & de todas as mais nouidades de suas proprias herdades, vinhas, & propriedades, & de seus gados, & criações, & de outras cousas suas proprias, que não são bens, nem rendas de suas Comendas, nem da dita Ordem, de que por direito, & costume o deuem pagar, estando elles em posse de muitos annos de lhe pagarem os ditos dizimos, allegando as taes pessoas que são dello izentos, per bem do priuilegio da dita Ordem, que deziaõ ter, & que sobre isso pendiaõ ja algũas demandas. Pedindome que os mandasse manter em sua posse: & visto seu requerimento. Hey por bem, & mando aos Corregedores, em cujas Comarcas pertencer ao dito Cabido arrecadar os ditos dizimos, que sendo requeridos pello dito Deão, & Cabido, ou seus officiaes, ou rendeiros (cada hum em sua jurisdição) & constandolhe, ouuidas as partes a que tocar sumariamente, que o dito Cabido está em posse de auer, & lhe pagarem os ditos dizimos, os mantenhaõ na dita posse: & constangendo os ditos Comendadores, & Caualeiros da dita Ordem, que lhos paguem, posto que ja sobre este caso pendaõ algũas demandas, & esto em quanto per sentença final, de que não haja appellação, nem agrauo, não for determinado o contrario. E estando algũas das ditas propriedades, de que elles dizem que estão em posse de lhe pagarem os ditos dizimos em algũs lugares em que não entre Corregedor da Comarca. Mando ao Iuiz

de fora do lugar mais comarcaõ, que cumpra este Aluarà como se nelle contem; o qual quero que valha como carta por mim asfinada, & passada pella Chancelaria, sem embargo da Ordenaçaõ do segundo liuro, titulo vinte, que diz, que as coufas, cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno, passem per cartas, & naõ per Aluaràs. Aires Fernandes o fez em Lisboa aos sete dias de Fevereiro de mil & quinhentos & cincoenta annos. E mando a todas minhas justiças, officiaes, & pessoas a q este Aluarà, ou o traslado delle em publica forma for mostrado, & o conhecimento delle pertencer, que assi o cumpraõ, & guardem, & façãõ inteiramente cumprir, & guardar como se nelle contem: & valerà, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenaçaõ do liuro 2. tit. 40. que dispoem o contrario. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a dous de Mayo de mil seiscentos quarenta & sete annos. Pedro de Gouea de Mello o fez escreuer.

REY.

LEY XVII. *QUE AS IUSTIÇAS ASSISTAM*
aos Prelados, & seus Visitadores, no que toca às Visitas: & fazendo
do queixa no Paço sobre reformação de costumes, selhes
desira sem outra informação.

Eccles. cap. 7.

EV ELREY faço saber aos que este meu Aluarà virem, que nas Cortes que celebrei nesta cidade de Lisboa em dezoito de Janeiro de mil seiscentos quarenta & hum, a que mandei responder no de seiscentos quarenta & dous, & confirmei no de quarenta & cinco, me propos o Estado Ecclesiastico deste Reyno no Capitulo septimo: que o remedio das Visitas contra os peccados publicos se enfraquecia com faltarem prouas a elles em respeito dos poderosos, que intimidauão os denunciadores. Pedindome mandasse emparar sua jurisdicção, ordenando aos Corregedores das Comarcas, que quando fossem por correicção deuaßassem das pessoas que nas ditas visitas offendiaõ aos denunciadores, & testemunhas. E que à peticão dos Prelados tirassem tambem deuaßa particular dos casos que nesta materia lhe apontassem, para eu os mandar castigar como fosse justiça. A que mandei responder, que contra os que impedião as denunciações mãdaria encar-

regar

regar aos ditos Corregedores, & mais iustiças dessem toda ajuda, & fauor aos ditos Prelados, & seus Visitadores. E que quando os excessos pedissem deuaſſa particular, recorresseſem ao Dezembargo do Paço, para eu na materia mandar prouer como cumprisse ao ſeruiço de Deus, & meu. E vendo ora as razoens, que de nouo me representou o dito Estado Ecclesiastico na replica que me fez sobre este particular. Hey por bem de declarar, que quanto à aſſiſtencia que pedem, de que os ditos Corregedores das Comarcas, & mais iustiças lhes aſſiſtaõ, & dem ajuda, quando de ſuas peſſoas tiuerem neceſſidade; eſtã baſtantemente prouido pellas Leys do Reyno, que he minha tençaõ, & vontade ſe obſeruem neſte particular muito inteiramente, & com todo o fauor das Igrejas. E mãdo; E quero, que fazendoſe queixa no Dezembargo do Paço por algum dos ditos Prelados sobre reformaçaõ de culturnes, ſe lhe deſira logo, ſem informaçã do Corregedor, nem outro miniſtro algum, naõ hauendo razaõ particular para o contrario. E eſte Aluarã ſe cumprirá inteiramente como nelle ſe contem. O qual ſe registarã nos liuros da dita Meſa do Dezembargo do Paço, para ſe ter aſſi entendido. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Liſboa a vinte ſete de Abril do anno de mil ſeiſcentos quarenta & ſete. Pedro de Gouuea de Mello o fez eſcreuer. R E Y.

LEY XVIII. SOBRE A QUANTIDADE
de penção nos Biſpados.

Eccleſ. cap. 4.

E V ELREY faço ſaber aos que eſte Aluarã virem, que nas Cortes q̃ celebrei neſta cidade de Liſboa o anno de ſeiſcentos & quarenta & hum; a que mandei reſponder no de ſeiſcentos quarenta & dous, & confirmei nõ de quarenta & cinco, me propos o Estado Ecclesiastico no Capitulo quarto, que as rendas Ecclesiasticas tinnão vindo em grande diminuiçaõ pellas razeões que apontarã; Pedindome que de aqui ao diante ſe naõ puſſe de pençaõ em cada Biſpado mais que a quinta parte do que rendeſſe. E que no Biſpado de Portalegre ſe naõ puſſe nenhuma, por ſerem taõ tenues as rendas delle, que eſcaçamente baſtauaõ à ſuſtentaçaõ do Biſpo. Nem no Arcebiſpado de Braga, pella muita pobreza que nelle hauiã, a que o Prelado daquella Igreja deuiã acudir: & tambem pellos gaſtos que ſe faziaõ com os miniſtros das

Comarcas,

Comarcas, & da Cidade, & Rellação. A que fuy feruido mandar responder, que na cantidade das pensoes com que se auiaõ de pensionar os Bispados, & Arcebispados de meus Reynos, mandaria examinar a materia com o cuidado que conuinha. E auendo hora visto a replica, que em razao desta reposta me fez o dito Estado Ecclesiastico, & as razoes que se me representaraõ nesta materia por pessoas do meu Conselho, & outras de letras, & confiança. Ouue por bem de não deferir por hora a este particular. E quanto ao que de nouo me pedem sobre o modo de cobrar as pensoens dos ausentes em Reynos, que por estarem em hostilidade cõ esta Coroa; mando por em recadação, que seja por pessoa Ecclesiastica; assi o tenho usado ategora. E mando se não altere este costume, & assi se cumpra, & guarde inteiramente. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a vinte oito de Abril de mil seiscentos quarenta & sete annos. Pedro de Gouuea de Mello a fez escrever.

R E Y.

LEY XIX. SOBRE SE CONCEDER AOS

*Meirinhos dos Clerigos trazer varas brancas
no Tribunal do Paço.*

E V. ELREY faço saber aos que este meu Aluarã virem, que hauendo visto nas Cortes que se celebraraõ nesta cidade de Lisboa o anno de seiscentos quarenta & hum, a que mandei responder nõ de seiscentos quarenta & dous, & confirmei nõ de quarenta & cinco, a replica que o Estado Ecclesiastico me fez sobre a reposta que fuy feruido dar à proposta que me offereceo no Capitulo doze, acerca de auer Meirinhos nas Cidades, Villas, & lugares em que auia Arciprestes, & Vigairos da vara, para boa administração da justiça Ecclesiastica. Pedindome de nouo lhes concedesse licença para que os Meirinhos nomeados pellos Prelados nas villas mais populosas, pudessem trazer varas brancas na forma que se vsaua, & estaua concedido nos Arcebispados, & Bispados do Reyno; porque sem varas eraõ menos temidos, & respeitados. E tendo consideração às razoes que sobre este particular se me representaraõ. Ouue por bem de declarar, que assi como foy aduertido para prouer em fauor das Igrejas sobre auer Meirinhos nos lugares onde ouuer Vigairos da vara, & Arciprestes, assi

Ecclef. cap. 12.

o fico

o fico tambem para lhes conceder a insignia da vara branca que pedem, sobre que recorrerão ao Dezembargo do Paço (como sempre se fez) onde se terá respeito às razões que allegarem, para que se lhes defira cõ todo fauor que parecer necessario á boa administração da Iustica. E este Aluará se cumprirá inteiramente como se nelle contém. Gaspar de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a vinteito de Abril de mil seiscientos quarenta & sete. Pedro de Gouuea de Mello o fez escreuer. R. E. Y.

LEY XX. QUE NOS LIUROS DOS REGISTROS das Chancelarias, & todos os mais se traslade todo o original com o final desta rubrica, & declaração da portaria, consulta, & resolução por onde se passarão.

E V ELREY. faço saber aos que este Aluará virem, que por se euitarem as duuidas, & controuerfias que sou informado que muito de ordinario se offerecem, quando succede perder-se algũa prouisão, carta, ou aluará, ou por outra razão se pedê, & apresentão em seu lugar as copias tiradas dos registos, nos quais se não acha integralmente toda a clareza com se registar somete até a data sem as vistas, & rubricas dos originaes, de que succedem as ditas duuidas, & controuerfias sobre o vigor, ou preferencia entre ellas. E querendo eu prouer nesta materia, para que cessem ao diante as ditas duuidas, como cumpre á bem da justiça: depois de o mandar ver pellos Dezembargadores do Paço. Hey por bem, & mando, que em todos os registos das ditas prouisoões, cartas, & aluarás, que se registão na Chancelaria mór, & mais Chancelarias, Tribunaes, Camaras, Correições, & mais liuros em que se registão as ditas cartas, prouisoões, ou Aluarás, fique lançado integralmente, não sómente até a data, & fim da prouisão, ou aluará (como agora se faz) mas a vista, & rubricas que leuarem com a declaração da portaria, & quem a passou, resolução, consulta, ou ordem, & tempo em que foi passada, com o meu final, ou dos Visoreis, Governadores, ou ministros dos Tribunaes per que forem assinadas, pera que em todo tempo (em caso que se percão, ou por outro respeito se tire traslado dos ditos registos) nelles mesmos se ache bastante clareza de tudo, & do Tribunal, modo, & ordem por onde foi despachado, & o vigor, & precedencia que ouuer, sendo passa-

dos

dos a diuerſas peſſoas. E eſte aluará mando ſe cumpra, & guarde inteiramente. como nelle ſe contem, com força de Ley gèral em todos meus Reynos, Senhorios, Eſtados, Ilhas, & conquiſtas. E o Eſcriuão, & official que aſſi o não fizer, encorrerá em perdimento de officio, & valor da dita carta, prouiſão, ou aluará pera o fiſco Real, & todas as perdas, & danos que as partes niſſo tiuerem. E o meu Chanceler mór fará publicar eſte aluará na minha Chancelaria como Ley, & ſe enuiará pello Reyno, Ilhas, & conquiſtas na forma coſtumada, & ſe regiſtará em todos os Tribunaes, & ſe lançará na Torre do Tombo. E mando aos Preſidentes delles, Regedor da Caſa da Supplicação, & Gouernador da Caſa do Porto, & mais miniſtros a que pertencer, a fação guardar tão inteiramente. como nella ſe contem, & valerá como carta feita em meu nome por my aſinada, ſem embargo da Ord.do liuro 2. tit. 4o. que diſpoem, que as couſas cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno paſſem por cartas, & paſſando por aluarás não valhão. Pero de Gouuea de Mello o fez eſcreuer. R E Y.



*Ecclef. cap. 1.
Nobreza cap.
35.*

LEY I. Que os Reys que succederem no Reyno, antes de serem leuantados jurem de guardar os priuilegios, & liberdades, & franquessas delle.

*Nobreza cap.
27.*

LEY II. Que o neto, ou outro barão legitimo descende do filho primogenito falecido se prefira ao filho segundo viuo na successão dos bens da Coroa, com derrogação da Ley mental, & Ord.no §.1. & 4. que o contrario dispoem.

*Nobreza cap.
31.*

LEY III. Perque se limitão os dotes que não possaõ exceder de doze mil cruzados, não entrando as legitimas, & heranças.

Pouos cap. 77.

LEY IV. Que em nenhum tempo se possa acrescentar a quantia do encabeçamento das sisas, & os Corregedores castiguem os excessos, & vexações dos officiaes dellas.

Pouos cap. 55.

LEY V. Que do trigo que vem das Ilhas, & outras partes vltimarinas se não paguem direitos alguns.

Nobreza c. 18

Pouos cap. 46.

Pouos cap. 19.

LEY VI. Que extingue as Conseruatorias dos Cõtratadores.

LEY VII. Que os Presidentes, & ministros dos tribunaes não possaõ prouer officio nenhum em seus criados, sem preceder expressa lieença de Sua Magestade.

Pouos cap. 68.

LEY VIII. Que nenhum dos ministros perque se prouem os cargos de letras, possa casar criada sua com letrado, que pretenda entrar no ferniço nos ditos cargos, aliás seja a eleição nulla, & elles inhabilitados.

Pouos cap. 64.

LEY IX. Que nenhum ministro, nem official da Fazenda, ou Tribunaes, nem outro tome diuida de terceiras pessoas, para as arrecadar como fazenda Real, sem as tẽr arrematadas.

Pouos cap. 8.

LEY X. Que os testamentos, & codicilos feitos por Religiosos, em que se deixa herança, ou legado pera suas Religioes não valhão, nem se cumprão nos ditos legados, & heranças.

Pouos cap. 66.

LEY XI. Que se possaõ tirar escrituras das notas com juramento das partes de como se perderão sem outra prouisão.

Pouos cap. 90.

LEY XII. Que se não pague mantimento dos homẽs dos Alcaides, & Meirinhos sem certidão dos officiaes da Camara dõde seruião, alem da que lhe passaõ os julgadores.

Pouos cap. 29.

LEY XIII. Que os julgadores julguem os presos que lhe leuão de noite pessoalmente, por escrito, & não por recados, & repostas por seus criados.

Pouos cap. 31.

LEY XIII. Sobre as seruintias renouando a ley de mil seiscientos & doze.

LEY XV. Que manda que se pague aos que matão lobos o premio da Ordenação.

Pomos cap.67

LEY XVI. Que se guarde o aluarà de mil quinhentos & cinquenta sobre o pagamêto dos dizimos dos bens patrimoniaes dos Comendadores, & Caualeiros do habito de Christo conforme ao que estiuerm de posse (que he o que toca ao secular.)

Ecclef. cap. 6.

LEY XVII. Que as justiças alsistão aos Prelados, & seus Visitadores, no que toça às visitas na forma das Leys do Reyno: & fazendo queixa no Paço sobre reformação de costumes, se lhes defira sem outra informação.

Ecclef. cap. 7.

LEY XVIII. Sobre a quantidade de penção nos Bispados.

Ecclef. cap. 4.

LEY XIX. Sobre se conceder aos Meirinhos dos Clerigos trazer varas brancas.

Ecclef. cap. 12.

LEY XX. Que nos liuros dos registos das Chancelarias, & to das as mais se traslade todo o original com o final, vista, rubrica, & declaração da portaria, consulta, & resolução por onde se passarão.



Q. Now, you say that the first time you saw the defendant was on the 1st of May, 1934, at the time he was arrested?

A. Yes, that is correct.

Q. And you saw him again on the 2nd of May, 1934, at the time he was arrested?

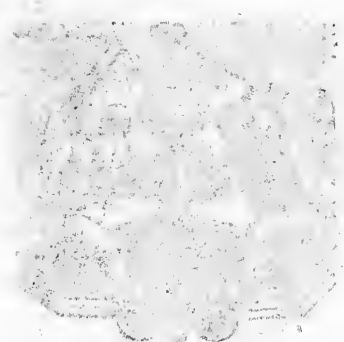
A. Yes, that is correct.

Q. And you saw him again on the 3rd of May, 1934, at the time he was arrested?

A. Yes, that is correct.

Q. And you saw him again on the 4th of May, 1934, at the time he was arrested?

A. Yes, that is correct.



07-90

CB

P8539

1648

2

1-512E